

4. MODERNIZAÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

4.1. Planejamento Estratégico

No período em questão houve uma série de atividades no âmbito do Planejamento Estratégico, a começar pela discussão, junto aos diretores gerais e representantes da Presidência, das ações para o Plano 2011 e, mais especificamente junto aos seus gestores e equipe, do delineamento dos seus objetivos específicos, recursos necessários e cronologia das etapas.

Outras atividades dizem respeito aos aprimoramentos dos indicadores internos, notadamente sobre a consistência dos dados constantes do sistema interno denominado SIPROC (Sistema de Controle de Processos) e delineamento de novos indicadores derivados.

No período houve duas capacitações em que a área de planejamento teve importante atuação: na Plataforma "Channel" e em Carta de Serviços.

A Plataforma "Channel" foi desenvolvida pela empresa catarinense "JExperts Tecnologia" e une, em um único ambiente, as mais importantes práticas de gestão da atualidade: BSC (Balanced Scorecard), Gerenciamento de Projetos e Gestão por Processos. Não só a DPE desempenhou atividades na capacitação, mas também em conjunto a outras áreas (notamente a área de Informática), noutras visando a efetiva implementação no TCE/SC que, com outros 24 (vinte) tribunais de contas subnacionais, adotaram a ferramenta cujo maior desembolso coube ao Instituto Ruy Barbosa.

No tocante à Carta de Serviços, esse produto origina-se da inserção, neste trimestre, do Tribunal no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA), após a Presidência da Casa aceitar as motivações expressas pela DPE. A capacitação sobre a Carta foi promovida em parceria com o Núcleo do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública) em Santa Catarina e contou com a participação de 29 técnicos — nove servidores do Tribunal de Contas e 20 representantes de órgãos públicos estaduais, municipais e empresas privadas.

4.2. PROMOEX



O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina é integrante do Programa de Modernização do Controle Externo de Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros - Promoex.

O Promoex tem por objetivo o fortalecimento institucional e a modernização do sistema de controle externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios, garantindo sua integração nacional e aumentando a eficiência e eficácia das ações de fiscalização e controle, com a finalidade de servir de instrumento de cidadania e contribuir para a efetiva, transparente e regular gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Este Programa conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com previsão de aplicação de cerca de US\$ 64 milhões, distribuídos entre todos os tribunais de contas do País. Sendo US\$ 38,6 milhões com recursos financiados pelo BID através do contrato de empréstimo 1628/OC-BR, firmado em 14/09/2005 com o Governo Federal, tendo como Mutuário a República Federativa do Brasil, Executor Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, subexecutores Tribunais de Contas dos Estados, do

Distrito Federal e dos Municípios. Os Recursos Adicionais (local) estão assim distribuídos: Governo Federal, US\$ 25,8 milhões, e Subexecutores, US\$ 21,9 milhões.

O financiamento tem como mutuário a União, que repassa os recursos aos tribunais de contas estaduais e municipais e do Distrito Federal, por meio de convênio celebrado com o Ministério do Planejamento e Gestão.

A meta do programa é agilizar a tramitação dos processos, priorizar a modernização de procedimentos, incluindo a ampliação da informatização, e intensificar o aprimoramento do corpo técnico, a interação entre os organismos de controle público e a aproximação com a sociedade.

Em 03/04/2006 este Tribunal de Contas aderiu o referido programa através do Convênio MP/PROMOEX nº 011/2006, firmado com Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP (publicado no Diário Oficial da União nº 72, de 13/04/2006, seção 3, página 106) que previa a transferência de recursos financeiros no montante de R\$ 3.358.879,20 (três milhões trezentos e cinquenta e oito mil oitocentos e setenta e nove reais e vinte centavos), e como contrapartida local 40% do valor a ser transferido, ou seja, R\$ 2.239.252,80 (dois milhões duzentos e trinta e nove mil duzentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos), totalizando um investimento de R\$ 5.598.132,00 (cinco milhões quinhentos e noventa e oito mil cento e trinta e dois reais). No segundo trimestre do ano de 2009, foi assinado o 1º Termo Aditivo, com objetivo de prorrogar o prazo de execução do Programa e vigência do Convênio para 31 de dezembro de 2010, bem como alterar os valores conveniados em função da variação cambial. Assim sendo, os valores passaram a retratar os seguintes montantes:

“.....valor global de R\$ 4.020.901,50 (equivalente a US\$ 1.971.030,15), sendo R\$ 2.362.797,78 (equivalente a US\$ 1.158.234,21) o valor total de recursos, dividido em repasses anuais, via convênio, e R\$ 1.658.103,72 (equivalente a US\$ 812.795,94) o valor que o Tribunal oferecerá em contrapartida. A taxa de câmbio, para a equivalência em dólar descrita acima, é de R\$ 2,04 = US\$ 1,00, especificada na grade de parâmetros para a Programação Financeira Federal para 2009.”

Em março de 2011 foi assinado e publicado no DOU novo termo aditivo prorrogando a execução do Convênio para 31 dezembro de 2011 (http://www.tce.sc.gov.br/files/file/dpe/convenios/promoex/aditivos/1_termo_aditivo_promoex_2011.pdf)

No segundo trimestre do exercício de 2011, o Governo Federal repassou ao TCE/SC o montante de R\$ 590.448,97 (quinhentos e noventa mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e noventa e sete centavos) que somado aos repasses realizados nos períodos anteriores totalizou R\$ 2.362.797,78 (dois milhões, trezentos e sessenta e dois mil, setecentos e noventa e sete reais e setenta e oito centavos), ou seja, representa 100% do valor total previsto no convênio para repasse, não havendo mais valores a serem repassados.

Do total repassado pelo Governo Federal já foram efetivamente aplicados R\$ 1.444.315,69 (um milhão, quatrocentos e quarenta e quatro mil, trezentos e quinze reais e sessenta e nove centavos), ou seja, 61,13%.

Foi encaminhado para a Direção Nacional do PROMOEX o plano de aquisição para o ano de 2011, prevendo investimentos no valor de R\$ 1.042.556,91 (Um milhão quarenta e dois mil quinhentos e cinquenta e seis centavos e noventa e um centavos), distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Recursos BID	Recursos TCE	Total
Aquisição de Bens	252.142,76	75.000,00	327.142,76
Contratação de Serviços	358.230,35	135.062,65	493.293,00
Contratação de Consultoria	134.209,80	87.911,35	222.121,15
Total	744.582,91	297.974,00	1.042.556,91

Considerando os valores da contrapartida deste Tribunal, os valores repassados pelo Governo Federal e os resultados das aplicações financeiras, a partir do início das atividades deste Programa, já foi aplicado o montante de R\$ 2.619.454,20 (dois milhões, seiscentos e dezenove mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos), perfazendo 66,52% do valor previsto para ser executado pelo Convênio PROMOEX 11/2006. Por fonte de recurso as despesas foram assim executadas até o presente trimestre, R\$ 1.444.315,69 (um milhão, quatrocentos e quarenta e quatro mil, trezentos e quinze reais e sessenta e nove centavos) por conta dos recursos repassados pelo Governo Federal, bem como dos resultados das aplicações financeiras, e R\$ 1.175.138,51 (um milhão, cento e setenta e cinco mil, cento e trinta e oito reais e cinquenta e um centavos) dos recursos financeiros deste Tribunal na forma de contrapartida.

Restam ainda a ser aplicados, R\$ 918.482,09 (novecentos e dezoito mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e nove centavos), dos valores repassados pelo Governo Federal, bem como R\$ 91.824,54 (noventa e um mil, oitocentos e vinte quatro reais e cinquenta e quatro centavos) dos resultados da aplicação financeira dos recursos repassados, totalizando R\$ 1.010.306,63 (um milhão, dez mil, trezentos e seis reais e sessenta e três centavos), e R\$ 400.060,21 (quatrocentos mil e sessenta reais e vinte um centavos).

No segundo trimestre de 2011, o Tribunal de Contas investiu o montante de R\$ 112.915,68 (cento e doze mil, novecentos e quinze reais e sessenta e oito centavos), dos quais R\$ 108.452,13 (cento e oito mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e treze centavos) são da fonte de recursos do Governo Federal / BID e R\$ 4.463,55 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos) da contrapartida deste Tribunal.

4.3. Ouvidoria

No trimestre, a Ouvidoria recebeu 247 manifestações. Destas, 61,13% referiam-se a solicitações de informações técnicas e sobre a legislação utilizada pelo TCE, no exercício de suas funções constitucionais, conforme demonstra a Tabela 21.

TABELA 21 – Descrição das demandas registradas

Natureza da Demanda	2º trimestre 2011	
	Quant.	%
Críticas	6	2,43
Sugestões	1	0,40
Reclamações	47	19,03
Solicitações de Informações	151	61,13
Fornecimento de Informações	30	12,15
Outros	12	4,86
Total	247	100,00

Fonte: Ouvidoria

O Portal do TCE/SC destacou-se como o acesso mais utilizado à Ouvidoria, conforme dados da Tabela 22.

TABELA 22– Meios de acessos à Ouvidoria

Natureza da Demanda	Quantidade	%
Carta	3	1,21
Email	61	24,70
Fax	-	-
Portal do TCE	181	73,28
Atendimento Pessoal	2	0,81
Total	247	100,00

Fonte: Ouvidoria

4.4. Divulgação Institucional

O TCE/SC tem procurado mostrar à sociedade a importância do controle externo, bem como a divulgação de sua missão institucional, o seu campo de atuação e suas principais ações de fiscalização. Neste sentido, destaca-se o papel da Assessoria de Comunicação (ACOM) através do envio de releases para a imprensa, produção de matérias para internet e intranet e da elaboração de livros, manuais e informativos, entre outros.

No tocante às atividades desenvolvidas pela Assessoria de Comunicação, no segundo trimestre de 2011, cabe registrar as principais ações de comunicação interna e externa demonstrados nas tabelas 23 a 28.

4.4.1. Comunicação Interna

TABELA 23 - MATÉRIAS SELECIONADAS PARA O CLIPPING ELETRÔNICO

Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO ESTADUAL, que citam ou não o TCE	Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO REGIONAL, que citam ou não o TCE	Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO NACIONAL, que citam ou não o TCE	Matérias selecionadas de sites e blogs, que citam ou não o TCE	Total de Matérias selecionadas
2.233	280	272	280	3.065

Fonte: ACOM

TABELA 24 – MATÉRIAS DIVULGADAS AO PÚBLICO INTERNO

Matérias publicadas na intranet	Comunicação Sistema Interno de Som	E-mails encaminhados para o público interno - “Notas para reforçar matérias publicadas na intranet”
89	4	6

Fonte: ACOM

4.4.2. Comunicação Externa

TABELA 25 – MATÉRIAS ENVIADAS À IMPRENSA

Releases encaminhados	Releases aproveitados pela imprensa	Matérias publicadas decorrentes de releases
27	22	120

Fonte: ACOM

TABELA 26 - MATÉRIAS QUE MENCIONAM O TCE

Publicadas em jornais e revistas ¹	Publicadas em blogs e sites	Veiculadas em TVs ²	Veiculadas em Rádios ³	Total ⁴
392	221	109	48	770

Fonte: ACOM

1- De circulação regional, estadual ou nacional. 2 - Fonte: monitoramento feito nas TVs locais e estaduais, pela TV Clipagem. 3 - Fonte: monitoramento feito nas rádios locais CBN Diário, Guararema e Guarujá, pela TV Clipagem. 4 - A contagem de matérias que citam o TCE baseia-se em pesquisa realizada, diariamente, em cerca de 100 fontes. Por isso, é provável que o número de matérias veiculadas na imprensa que citam o TCE seja ainda maior do que o mensurado pela ACOM

TABELA 27 - MATÉRIAS PUBLICADAS NOS JORNAIS DO INTERIOR

Matérias que citam o TCE nos jornais do interior	Releases encaminhados	Releases aproveitados em jornais do interior	Matérias decorrentes dos releases aproveitados
161	27	10	21

Fonte: ACOM

TABELA 28 - MATÉRIAS PUBLICADAS POR COLUNISTAS

Notas de colunistas que citam o TCE	Releases aproveitados em notas de colunistas	Notas decorrentes dos releases aproveitados
187	6	9

Fonte: ACOM

4.5. Convênios e Acordos de Cooperação

O Tribunal de Contas de Santa Catarina tem intensificado a cooperação e a troca de informações com órgãos e entidades cujas atividades estão envolvidas com o controle de despesas públicas, objetivando o aprimoramento de técnicas e procedimentos no desenvolvimento de ações conjuntas de fiscalização.

A tabela a seguir apresenta os Convênios e Acordos de Cooperação, assinados no primeiro trimestre de 2011.

TABELA 29 - CONVÊNIOS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO

Nº	Tipo	Instituição	Objeto	Valor R\$	Publicação
11/2006	1º Termo Aditivo/2011	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP	Prorroga a vigência do convênio até 31/03/2011. Vigência de 13/04/2006 a 31/12/2011.	Sem	DOU nº 63, seção 3 de 1º/04/2011, p.11

Continua

Continuação

Nº	Tipo	Instituição	Objeto	Valor R\$	Publicação
004/2011	Termo de Convênio	UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí	Conceder bolsas de estágio para alunos regularmente matriculados e que freqüentem os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Administração, Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Direito, Engenharia Civil, Engenharia da Computação e Jornalismo da Univali	R\$ 700,00 mensal/aluno+ vale transporte	DOTC-e, nº 713, 05/04/2011, p.7
005/2011	Termo de Convênio	Sociedade Educacional de Santa Catarina - Sociesc	Conceder bolsas de estágio para alunos regularmente matriculados e que freqüentem os cursos de Administração, Ciências Contábeis, da SOCIESC	R\$ 700,00 mensal/aluno+ vale transporte	DOTC-e, nº 716, 08/04/2011, p.11
006/2011	Termo de Convênio	Faculdade da cidade de Florianópolis FACIF LTDA EPP – Faculdade Decisão FADEC	Conceder bolsas de estágio para alunos regularmente matriculados e que freqüentem os cursos de Administração da Faculdade Decisão FADEC.	R\$ 700,00 mensal/aluno+ vale transporte	DOTC-e, nº 725, de 25/04/2011, p.14
007/2011	Termo de Convênio	Sistema de ensino Borges de Mendonça – Faculdades Borges de Mendonça.	Conceder bolsas de estágio para alunos regularmente matriculados e que freqüentem os cursos de Administração, Ciências Contábeis, da Faculdades Mendonça de Barros	\$ 700,00 mensal/aluno+ vale transporte	DOTC-e, nº 725, 25/04/2011, p.14
001/2008	2º Termo Aditivo 2011	Prefeitura Municipal de Joinville	Altera as cláusulas primeira e quinta, revoga as cláusulas segunda e terceira e ratifica as demais cláusulas do termo original do convênio.	Sem	DOTC-e nº 732, 04/05/2011, p. 17
001/2011	Termo de Cooperação/2011	Instituto Ruy Barbosa	Cessão, pelo IRB, de licença permanente de uso do software channel, de gestão estratégica e gestão de projetos, da empresa Jexperts, baseado na metodologia balanced scorecard – BSC – e PMBOK, para número limitado de usuários incluindo os serviços de instalação, configuração e capacitação técnica presencial básica, nos termos definidos no contrato nº 02/2011, parte integrante desse Termo	Sem	DOTC-e, nº 763, 16/06/2011, p.9
S/Nº	Termo de Compromisso	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP/SEGUES	Cooperação Técnica do GESPÚBLICA com vistas à implantação da gestão pública de excelência no TCE/SC, que, em regime de mútua colaboração apoiará institucional e materialmente as ações desenvolvidas pelo núcleo do programa no Estado de Santa Catarina.	Sem	DOTC-e, nº 770, 29/06/2011, p.32

Fonte: Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais - DPE